



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos, mobiliários e veículos definidos e aprovados conforme Termo de Referência e recursos financeiros oriundos do Termo de Convênio nº 950677/2023, firmado entre o Município de Nova Friburgo e a União (Ministério das Mulheres), para o atendimento e acolhimento às vítimas de violência doméstica inerentes às execuções das atividades da Patrulha Maria da Penha, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante:	Secretaria da Mulher - Centro de Referência da Mulher (CREM)
1.3. Fundamentação legal:	Licitação, na modalidade de pregão eletrônico, nos termos do artigo 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021
1.4. Período:	Imediato, em até 30 (trinta) dias para os itens 1 a 20, e, em até 120 (cento e vinte dias) para os itens 21 e 22
1.5. Tipo	Menor preço unitário por item, nos termos do artigo 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021

1.6. Aquisição de equipamentos, mobiliários e veículos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT /CATSER	UNIDADE	QTDE
ELETRÔNICOS				
01	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL: TIPO IMPRESSÃO: LASER, RESOLUÇÃO IMPRESSÃO: APROX. 1200 X 1200 DPI, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: POLICROMÁTICA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO AUTOMÁTICA CONECTIVIDADE: USB 2.0 E ETHERNET GIGABIT, TIPO PAPEL: A3 / A4 / A5/ A6 / OFÍCIO / DUPLO CARTA / LEGAL CAPACIDADE MÍNIMA BANDEJA: 100 FL	615988	UNIDADE	01
02	TABLET: TELA: MÍNIMO DE 10 POL, MEMÓRIA RAM: MÍNIMO 4GB, ARMAZENAMENTO INTERNO: MÍNIMO 4GB, ARMAZENAMENTO EXTERNO: MÍNIMO 64 GB, PROCESSADOR: QUAD CORE, CÂMERA FRONTAL: MÍNIMO 8MP, CÂMERA TRASEIRA: MÍNIMO 8MP, CONECTIVIDADE: WI-FI / 3G / 4G / BLUETOOTH, SISTEMA OPERACIONAL: OPEN SOURCE	451875	UNIDADE	01
03	NOTEBOOK: TELA: MÍNIMO 15 POL, FULL HD, INTERATIVIDADE DA TELA: SEM INTERATIVIDADE, MEMÓRIA RAM: MÍNIMO 4GB, NÚCLEOS POR PROCESSADOR: APROX. 4 A 8, ARMAZENAMENTO INTERNO: MÍNIMO 4GB, ARMAZENAMENTO EXTERNO: MÍNIMO 256 GB, BATERIA: DEFINIDO PELO FABRICANTE, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICA, SISTEMA OPERACIONAL: PROPRIETÁRIO, GARANTIA: 36 MESES	457622	UNIDADE	03
04	SWITCH: QUANTIDADE MÍNIMA PORTAS: 8 UN, TIPO PORTAS: GIGABIT ETHERNET, VELOCIDADE PORTA: APROX. 1000 MBPS,	618776	UNIDADE	01



	ALIMENTAÇÃO: 110/220V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MÍNIMO 50CM DE CABO DE EMPILHAMENTO			
05	APARELHO TELEFÔNICO SEM FIO: FUNÇÃO: TECLAS FLASH/MEMORY E REDIAL, FAIXA OPERAÇÃO: APROX. 1,9MHZ, ALIMENTAÇÃO: 110/220VCA, SINALIZAÇÃO LINHA: PULSO E TOM, VOLTAGEM BATERIA: MÍNIMO 7,5V, DURAÇÃO FLASH: FLASH PROGRAMÁVEL MS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 1 FONE / 1 BASE / 1 BATERIA / 1 CABO DE LINHA / 1 ADAPTADO	457622	UNIDADE	01
06	PROJETOR MULTIMÍDIA / DATA SHOW: DISTÂNCIA MÁXIMA TELA: 0,70M, TIPO LÂMPADA: LASER, VOLTAGEM: BIVOLT, QUANTIDADE ENTRADA RGB: MÍNIMO 1 UN, QUANTIDADE ENTRADAS VÍDEO: MÍNIMO 1 UN, QUANTIDADE ENTRADAS LCD: MÍNIMO 3 UN, QUANTIDADE ENTRADA HDMI: MÍNIMO 1 UN, TAMANHO IMAGEM: MÍNIMO 120 POL, TIPO ZOOM: MANUAL / DIGITAL, TIPO: PORTÁTIL, LUMINOSIDADE MÍNIMA: 3.400LM, TIPO PROJEÇÃO: FRONTAL / TETO / MESA, RESOLUÇÃO: APROX. NATIVA 3840 X 2160, CONTRASTE MÍNIMO: 1.000.000:1, TIPO CONTROLE: MANUAL E REMOTO	607463	UNIDADE	01
07	TELA PROJEÇÃO: MATERIAL ESTRUTURA: AÇO, TIPO AJUSTE TELA: ACIONAMENTO RETRÁTIL COM TRIPIÉ E FUNCIONAMENTO ROLO, TIPO ACABAMENTO: PINTURA, ELETROSTÁTICA, MATERIAL: VINIL, COR: BRANCA, ALTURA: APROX. 150CM, LARGURA: APROX. 2,70M, TIPO TELA: RETRÁTIL COM TRIPIÉ, TAMANHO TELA MÍNIMO 100 POL.	617350	UNIDADE	01
08	TELEVISOR NO MÍNIMO 42 POLEGADAS BIVOLT LED: TAMANHO TELA: NO MÍNIMO 42 POL, VOLTAGEM: BIVOLT, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SMART TV, FULL HD, ENTRADAS HDMI / USB, CONVERSOR DI, TIPO TELA: LED, ACESSÓRIOS: CONTROLE REMOTO / SLEEP TIME / VHF / UHF E TV A CABO	470801	UNIDADE	01
09	KIT CFTV CÂMERAS: TIPO: KIT SISTEMA DE VIGILÂNCIA, QUANTIDADE CANAIS: COM MÍNIMO 4 CANAIS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MÍNIMO 4 MICRO CÂMERAS / GRAVADOR / CONTROLE REMOTO / MOUSE USB	429827	UNIDADE	02
ELÉTRICOS				
10	BEBEDOURO ÁGUA GARRAFÃO: MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: VERTICAL ELÉTRICO, CAPACIDADE: MÍNIMO 20L, VOLTAGEM: 220V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 2 TORNEIRAS ÁGUA, NATURAL/GELADA, REFRIGERAÇÃO APROX. 4L/H	344547	UNIDADE	01
11	REFRIGERADOR DUPLEX: CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO: MÍNIMO 310L, TIPO PORTAS: FIXAS, SISTEMA DEGELO: FROST FREE, COR: BRANCA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ETIQUETA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA "A", CONTROLE TEMPERATURA	437341	UNIDADE	01
12	LIQUIDIFICADOR: CAPACIDADE: MÍNIMO 1,5L, POTÊNCIA: APROX. 800W, VOLTAGEM: 220V, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, USO: DOMÉSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ACOPLAMENTO METÁLICO, LÂMINA DE AÇO INOXIDÁVEL	275377	UNIDADE	01
13	FOGÃO 4 BOCAS: TIPO FOGÃO: CONVENCIONAL, QUANTIDADE BOCAS: 4 UN, NORMAS TÉCNICAS: SELO INMETRO CATEGORIA	425200	UNIDADE	01



	"A", CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACENDIMENTO AUTOMÁTICO / FORNO AUTOLIMPANTE / VOLTAGEM: 220V, COR: BRANCA			
14	FORNO MICROONDAS MÍNIMO 31 LITROS: MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: MÍNIMO 31L, POTÊNCIA: APROX. 1.400W VOLTAGEM: 220V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIMER, PRATO GIRATÓRIO, AUTO DESCONGELAMENTO	479243	UNIDADE	01
15	SANDUICHEIRA ELÉTRICA 220V, APROX. 750W: MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TENSÃO: 220V, POTÊNCIA: APROX. 750W CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CHAPAS REVESTIDAS COM TEFLON, TIPO GRILL	605389	UNIDADE	01
16	CAFETEIRA ELÉTRICA 220V: MATERIAL: PLÁSTICO RESISTENTE, APLICAÇÃO: RESIDENCIAL, CAPACIDADE: MÍNIMO 26 CAFÉS, VOLTAGEM: 220V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PLACA AQUECEDORA / FILTRO REMOVÍVEL / CORTA PINGO / NÍVEL	364223	UNIDADE	01
ELÉTRICOS				
17	POLTRONA NAMORADEIRA MÍNIMO 2 LUGARES: MATERIAL ESTRUTURA: MADEIRA, MATERIAL ESTOFAMENTO: ESPUMA D28, REVESTIMENTO: TECIDO, QUANTIDADE ASSENTOS: MÍNIMO 2 UN, MEDIDAS APROX. LARGURA: 1,54M, PROFUNDIDADE: 0,87M, ALTURA: 0,73M	610975	UNIDADE	01
18	CADEIRA DE ESCRITÓRIO SECRETÁRIA: MATERIAL ESTRUTURA: TUBO METÁLICO, MATERIAL REVESTIMENTO, ASSENTO E ENCOSTO: COURINO, MATERIAL ENCOSTO: MADEIRA E ESPUMA INJETADA, MATERIAL ASSENTO: MADEIRA E ESPUMA INJETADA, TIPO BASE: GIRATÓRIA COM RODÍZIOS, TIPO ENCOSTO: ALTO, APOIO BRAÇO: COM BRAÇOS, COR: PRETA, TIPO SISTEMA REGULAGEM VERTICAL: A GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIPO SECRETÁRIA, COR ESTRUTURA: PRETA	361696	UNIDADE	04
19	KIT 2 CADEIRAS SECRETÁRIO: MATERIAL ESTRUTURA: TUBO METÁLICO, MATERIAL REVESTIMENTO, ASSENTO E ENCOSTO: COURINO, MATERIAL ENCOSTO: MADEIRA E ESPUMA INJETADA, MATERIAL ASSENTO: MADEIRA E ESPUMA INJETADA, TIPO BASE: GIRATÓRIA COM MÍNIMO 5 RODÍZIOS, TIPO ENCOSTO: ALTO, APOIO BRAÇO: COM BRAÇOS, COR: PRETA, TIPO SISTEMA REGULAGEM VERTICAL: A GÁS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TIPO SECRETÁRIA, COR ESTRUTURA: PRETA	391696	UNIDADE	02
20	ARQUIVO C/4 GAVETAS AÇO: TIPO ACIONAMENTO: MANUAL, MATERIAL ESTRUTURA: CHAPA AÇO, REVESTIMENTO: ESMALTE SINTÉTICO ESPECIAL, APLICAÇÃO: ESCRITÓRIO, QUANTIDADE ROLAMENTOS: MÍNIMO 8 UN, MATERIAL CORPO: CHAPA AÇO, COR REVESTIMENTO: CINZA, MEDIDAS APROX. LARGURA: 0,47M, ALTURA: 1,33M, PROFUNDIDADE: 0,60M, QUANTIDADE GAVETAS: 4 UN	391696	UNIDADE	02
VEÍCULOS				
21	AUTOMÓVEL SUV T-CROSS SENSE: T-CROSS SENSE 200 TSI 116 CV (G) / 128 CV (E) AUTOMÁTICA DE 6 VELOCIDADES TOTAL FLEX 4 PORTAS - COR BRANCA - 0KM. AIRBAGS LATERAIS NOS BANCOS DIANTEIROS E DE CORTINA. ALERTA SONORO E VISUAL DE NÃO UTILIZAÇÃO DOS CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS. ALTO-FALANTES (4). ANTENA NO TETO. APOIOS DE CABEÇA NO BANCO	606202	UNIDADE	01



	<p>TRASEIRO COM AJUSTE DE ALTURA (3). AR-CONDICIONADO COM FILTRO DE POEIRA E PÓLEN. ASSISTENTE PARA PARTIDA EM ACLIVES/SUBIDAS ("HILL HOLD CONTROL"). BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE MILIMÉTRICO DE ALTURA. BANCO TRASEIRO COM ENCOSTO REBATÍVEL BI-PARTIDO. BANCOS REVESTIDOS DE TECIDO - MALHARIA "BANDULA". CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS COM REGULAGEM DE ALTURA E PRÉ-TENSIONADOR. CINTOS DE SEGURANÇA TRASEIROS AUTOMÁTICOS DE 3 PONTOS (INCLUSIVE O CENTRAL). COLUNA DE DIREÇÃO COM AJUSTE DE ALTURA E PROFUNDIDADE. COLUNAS CENTRAIS COM APLIQUE PRETO FOSCO. COMPUTADOR DE BORDO COM DISPLAY MULTIFUNCIONAL PLUS. CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE (ESC), CONTROLE DE TRAÇÃO (ASR) E BLOQUEIO ELETRÔNICO DO DIFERENCIAL (EDS). DESEMBAÇADOR, LIMPADOR E LAVADOR DO VIDRO TRASEIRO. DIREÇÃO ELÉTRICA. ENCOSTO DO BANCO DO PASSAGEIRO NÃO REBATÍVEL. ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS ELETRICAMENTE AJUSTÁVEIS COM FUNÇÃO TILT DOWN NO LADO DIREITO. FARÓIS COM FUNÇÃO "COMING & LEAVING HOME" E LUZ DE CONDUÇÃO DIURNA. FARÓIS DUPLOS COM MÁSCARA ESCURECIDA. FIXAÇÃO DE ASSENTO DE CRIANÇA COM SISTEMA ISOFIX / TOP TETHER. GARANTIA DE 3 ANOS (T-CROSS SENSE). GRADE DIANTEIRA NA COR PRETO FOSCO. ILUMINAÇÃO NO PORTA-MALAS. LANTERNAS TRASEIRAS EM LED. LUZES DE LEITURA DIANTEIRAS E TRASEIRAS. LUZES INDICADORAS DE DIREÇÃO INTEGRADAS NOS RETROVISORES. MAÇANETAS DAS PORTAS E ESPELHOS RETROVISORES NA COR DO VEÍCULO. MEDIDAS DE PROTEÇÃO PARA PEDESTRES AMPLIADAS. MOTOR 1.0 TSI. NORMA DE EMISSÃO, PL 7 BR. PARA-CHOQUES DIANTEIRO E TRASEIRO NA COR DO VEÍCULO. PARA-SÓIS COM ESPELHOS ILUMINADOS PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO. PNEUS 205/60 R16 92H RESISTÊNCIA À RODAGEM OTIMIZADA. PREPARAÇÃO PARA FAROL DE NEBLINA. RACK DE TETO LONGITUDINAL NA COR PRETA. REGULAGEM DO FACHO DO FAROL. RODAS DE AÇO 16". SENSOR CREPUSCULAR. SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIROS. CÂMERA DE RÉ. SISTEMA "START & STOP". SISTEMA DE ALARME ANTI-FURTO COM COMANDO REMOTO E PREPARAÇÃO PARA MONITORAMENTO INTERNO. SUPERCALOTAS. TAPETES DE BORRACHA: CONJUNTO QUE PROTEJA A FORRAÇÃO ORIGINAL DO VEÍCULO EXISTENTE NO COMPARTIMENTO DE PASSAGEIROS. TOMADA 12V NO CONSOLE CENTRAL. TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE 6 VELOCIDADES. TRAVAMENTO ELÉTRICO E REMOTO DAS PORTAS, PORTA-MALAS E TAMPA DE COMBUSTÍVEL. VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS COM FUNÇÃO "ONE TOUCH" NOS DIANTEIROS. CALHA DE CHUVA. VOLANTE MULTIFUNCIONAL. KIT MULTIMÍDIA ORIGINAL DE FÁBRICA, INSTALADO NA CONCESSIONÁRIA. 3 (TRÊS) PRIMEIRAS REVISÕES POR CONTA DA FORNECEDORA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. EMPLACAMENTO E LICENCIAMENTO DO ANO DA COMPRA INCLUSOS. INSULFILM. ADESIVAÇÃO E/OU PLOTAGEM POR CONTA DA FORNECEDORA, CUJO MODELO SERÁ ENVIADO EM MOMENTO OPORTUNO, COM A ASSINATURA DO CONTRATO OU COM O ENVIO DA NOTA DE EMPENHO.</p>			
22	<p>AUTOMÓVEL 7 LUGARES: MOTORIZAÇÃO MÍNIMA: 1.8L, QUANTIDADE PORTAS: 5, TIPO COMBUSTÍVEL: BI-COMBUSTÍVEL, POTÊNCIA: 106 CV, CAPACIDADE TANQUE COMBUSTÍVEL: 50 TIPO</p>	610137	UNIDADE	01



CÂMBIO: AUTOMÁTICO, VEÍCULO NOVO, 7 LUGARES, COR BRANCA, ZERO KM, QUATRO PORTAS, ANO DE FABRICAÇÃO 2024, RODAS ARO 14 OU SUPERIOR, AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA, DIREÇÃO ELÉTRICA/HIDRÁULICA, VIDROS ELÉTRICOS, PROTETOR DE MOTOR, SISTEMA DE SOM MÍNIMO COM RÁDIO AM/FM, KIT MULTIMÍDIA, JOGO DE TAPETES, TRAVAS ELÉTRICAS DAS PORTAS E PORTA MALA, AIR BAG DUPLO FRONTAL E ANS COM EBD, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 50L, CÂMBIO AUTOMÁTICO, GARANTIA MÍNIMA DE 03 ANOS PARA PEÇAS COM DEFEITO DE FABRICAÇÃO, PORTA MALAS COM MÍNIMO DE 600L.

3 (TRÊS) PRIMEIRAS REVISÕES POR CONTA DA FORNECEDORA. GARANTIA MÍNIMA DE (12) DOZE MESES. EMPLACAMENTO E LICENCIAMENTO DO ANO DA COMPRA INCLUSOS.

O VEÍCULO DEVERÁ CONTEMPLAR OS SEGUINTE ADICIONAIS:

ADICIONAIS DOS VEÍCULOS

BANCOS ORIGINAIS DO VEÍCULO PROTEGIDOS COM CAPA CONFECCIONADA EM COURVIN AUTOMOTIVO, IMPERMEÁVEL, QUE FACILITE A LIMPEZA, DOTADO DE REFORÇOS NAS ÁREAS DE MAIOR DESGASTE (ABAS LATERAIS DOS ENCOSTOS E DOS ASSENTOS), NA COR DO ACABAMENTO INTERNO DO VEÍCULO; TAPETE DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE NA COR PRETA, NO ASSOALHO DIANTEIRO E TRASEIRO; PROTETOR DE CÂRTER; CALHA DE CHUVA NAS QUATRO PORTAS; PELÍCULA PROTETORA TRANSLÚCIDA E ESCURECIDA (INSULFILM) NOS VIDROS LATERAIS (DAS PORTAS) E VIDRO TRASEIRO (VIGIA); EXTINTOR ABC DE 1KG COM SUPORTE; CAPA PROTETORA DE ASSOALHO: DE BORRACHA NA COR PRETA, ANTIDERRAPANTE.

SISTEMA SINALIZADOR DE EMERGÊNCIA

BARRA EM FORMATO LINEAR NAS CORES VERMELHO/CRISTAL/AZUL, COM MÓDULO ÚNICO E LENTE INTEIRIÇA, COM COMPRIMENTO ENTRE 1000MM E 1300MM, LARGURA ENTRE 250MM E ALTURA ENTRE 70MM E 110MM. – BARRA DOTADA DE BASE CONSTRUÍDA EM ABS (REFORÇADA COM PERFIL DE ALUMÍNIO EXTRUDADO), CÚPULA INJETADA EM POLICARBONATO NA COR CRISTAL, RESISTENTE A IMPACTOS, DESCOLORAÇÃO E COM TRATAMENTO UV. – SISTEMA LUMINOSO COMPOSTO POR MÓDULOS COM NO MÍNIMO 4 LEDS PRÓPRIOS PARA ILUMINAÇÃO, COM POTÊNCIA NÃO INFERIOR 2,5W CADA LED, COM GARANTIA DE 05 ANOS DOTADO DE LENTE COLIMADORA DIFUSORA EM PLÁSTICO DE ENGENHARIA COM RESISTÊNCIA AUTOMOTIVA E ALTA VISIBILIDADE. ALIMENTADOS NOMINALMENTE COM 12VCC, COMPOSTOS DE 14 MÓDULOS METADE VERMELHA E METADE AZUL COM LUZ DE BECO DISTRIBUÍDO EQUITATIVAMENTE POR TODA EXTENSÃO DA BARRA DE FORMA A PERMITIR TOTAL VISUALIZAÇÃO, SEM QUE HAJA PONTOS CEGOS DE LUMINOSIDADE, DESDE QUE O DESIGN DO VEÍCULO PERMITA. – O MÓDULO DE CONTROLE DEVE POSSUIR CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE EFEITOS LUMINOSOS QUE CARACTERIZEM O VEÍCULO PARADO, EM DESLOCAMENTO E EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E ATÉ 05 PADRÕES DE FLASHES DISTINTOS, OS QUAIS DEVERÃO SER ACIONADOS SEPARADOS OU SIMULTANEAMENTE NO CASO DE SE UTILIZAR LED E DISPOSITIVOS NÃO INTERMITENTES (LUZES DE BECO E OU FRONTAIS).

CERTIFICAÇÃO DA BARRA

CERTIFICAÇÃO SAE, ATENDENDO AS NORMAS E TESTES ESPECIFICADOS ABAIXO, CUJA COMPROVAÇÃO SE DARÁ POR



MEIO DE APRESENTAÇÃO, NO MOMENTO DE APROVAÇÃO DO PROTÓTIPO, DE LAUDO EMITIDO POR ENTIDADE COMPETENTE PARA AS SEGUINTE NORMAS: 1.1. SAE J595_201403 REVISED CLASSE 1/RED – FRONT/REAR DIRECTION, FLASH MODE FP SINGLE PULS E (ALL) - PONTO HV MÍNIMO DE 500 CD E 12.000 CD-SEG/MIN; 1.2. SAE J575_201508 REVISED – MECHANICAL TESTS (4.2 VIBRATION, 4.5 WARPAGE, 4.9 H2O, 4.11 DUST, 4.12 NACL);

LUZ AUXILIAR

FRONTAL 2 (DOIS) MÓDULOS ESTROBOSCÓPIO VERMELHOS E AZUIS , 2 (DOIS) MÓDULO ESTROBOSCÓPIO BRANCO/CRISTAL E TRASEIRO 2 (DOIS) MÓDULOS VERMELHOS E AZUIS. MÓDULOS MÍNIMO 4 LEDS 1W.

AMPLIFICADOR

AMPLIFICADOR DE 100W RMS ENTRADA DE SINAL PARA SELEÇÃO DE TOM DE SIRENE. TECLAS DE COMANDO COM LED INDICADOR DE ACIONAMENTO. FUSÍVEL EXTERNO NO PAINEL TRASEIRO. - ENTRADA E SAÍDA PARA FUNÇÃO MÃOS LIVRES. OITO SAÍDAS DIGITAIS (250 MA). - ENTRADA PARA LEITURA DE IGNIÇÃO. – FUNÇÃO I- SAVER (DESLIGAMENTO PROGRAMADO SOBRE A CONDIÇÃO DE REDUÇÃO DE TENSÃO DA BATERIA NÃO COMPROMETENDO A PARTIDA DO VEÍCULO) - ENTRADA DE SINAL PARA ACIONAMENTO DE LUZ DE FUNDO DO PAINEL INTERFACE DE COMUNICAÇÃO DIGITAL COM SINALIZADORES. - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE BATERIA CONTROLE DIGITAL DE VOLUME DE MICROFONE. AMPLIFICADOR CRIADO PARA COMANDAR TODAS AS FUNÇÕES ACÚSTICAS E VISUAIS DE UM VEÍCULO ADAPTADO COM BARRA SINALIZADORA E SIRENE. - POSSUIR ENTRADAS E SAÍDAS QUE PERMITEM ACIONAR ESTAS FUNÇÕES, ALÉM DE UM GERENCIAMENTO INTELIGENTE DE CONSUMO DE BATERIA.

SPEAKER (ALTO-FALANTE)

MONTADO NO COFRE DO MOTOR, E QUE POSSIBILITE A MÁXIMA CONDIÇÃO DE OPERAÇÃO DO AMPLIFICADOR, ATINGINDO PRESSÃO SONORA DE NO MÍNIMO 115DB A 1M DE DISTÂNCIA.

INSULFILM

PELÍCULA DE CONTROLE SOLAR: APLICADO DA SEGUINTE FORMA; NOS VIDROS (DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 989, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022.

GRAFISMO

A IDENTIFICAÇÃO VISUAL (GRAFISMO) SERÁ APLICADA DE ACORDO COM O PADRÃO, ATRAVÉS DE ADESIVOS NOS LOCAIS DEFINIDOS, À SER APLICADO SOBRE O VEÍCULO QUE DEVERÁ TER A COR BRANCA PREDOMINANTE PADRÃO GUARDA CIVIL MUNICIPAL, POR CONTA DA FORNECEDORA, CUJO MODELO SERÁ ENVIADO EM MOMENTO OPORTUNO, COM A ASSINATURA DO CONTRATO OU COM O ENVIO DA NOTA DE EMPENHO.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DA PELÍCULA ADESIVA

PELÍCULA PVC FUNDIDA TIPO CAST DE ALTA PERFORMANCE, POLIMÉRICA, 0,5 MM À 0,7MM, ESPECÍFICA PARA USO EM CORTADORAS PLANAS, CONTROLADAS ELETRONICAMENTE, COM ADESIVO EM UMA DAS FACES, PROTEGIDO POR MEIO DE LINER; PODENDO SER TAMBÉM AS OPÇÕES CALANDRADO PREMIUM OU SUPER CAST.

PAPEL SILICONADO PROTETOR: PAPEL REVESTIDO PE DUPLA FACE, UM LADO SILICONIZADO, COM NO MÍNIMO 43 G/M²;

ADESIVO: POLIACRILATO SOLVENTE, REPOSICIONÁVEL, PERMANENTE, COLA TRANSPARENTE, DEVENDO ATENDER SOBREPOSTO À ÁREA DE UTILIZAÇÃO, PREVISTO PARA



	<p>APLICAÇÕES AO AR LIVRE DE LONGO PRAZO, E IMPRESSÕES DIGITAIS DE GRANDE FORMATO, COM O MAIS ALTO GRAU DE BRILHO E DURABILIDADE.</p> <p>ESPESSURA (SEM PAPEL E ADESIVO): 60 MICRA;</p> <p>ESTABILIDADE DIMENSIONAL DE BAIXO ENCOLHIMENTO;</p> <p>ADERIDO AO ENCOLHIMENTO DE AÇO, SEM ENCOLHIMENTO NA DIREÇÃO TRANSVERSAL.</p> <p>RÁDIO TRANSECTOR</p> <p>16 CANAIS DE COMUNICAÇÃO;</p> <p>FAIXA DE FREQUÊNCIA UHF (438-470 MHZ) E VHF (136-174MHZ)</p> <p>40-45 W DE POTÊNCIA DE SAÍDA PROGRAMAÇÃO VIA SOFTWARE,</p> <p>ITENS INCLUSOS: 1 RÁDIO DIGITAL, 1 SUPORTE DE FIXAÇÃO, 1 CABO DE ALIMENTAÇÃO, ACOMPANHANDO O RÁDIO MÓVEL</p> <p>ANTENA, SUPORTE DE CALHA, SUPORTE DE PORTA-MALAS, SUPORTE BASE MAGNÉTICA, CABO E CONECTORES.</p> <p>O RÁDIO DEVERÁ OPERAR DE MANEIRA BIDIRECIONAL EM TECNOLOGIA ANALÓGICA E DIGITAL. COM A POSSIBILIDADE DE INTERROMPER UMA TRANSMISSÃO PARA PRIORIZAR COMUNICAÇÕES CRÍTICAS. COM TELA ALFANUMÉRICA LUMINOSA, DE ALTO CONTRASTE, PERMITINDO AO MOTORISTA VER AS INFORMAÇÕES IMPORTANTES, COMO IDENTIFICADOR DE CHAMADA.</p>		
--	---	--	--

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de imediato, em até 30 (trinta) dias para os itens 1 a 20, e, em até 120 (cento e vinte dias) para os itens 21 e 22, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.9. Trata-se de aquisição de bem comum, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A solução fora analisada e se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (Anexo II). Diante do objetivo a ser alcançado, que é o fornecimento de equipamentos, mobiliários e veículos definidos e aprovados conforme Termo de Referência e recursos financeiros oriundos do Termo de Convênio nº 950677/2023, firmado entre o Município de Nova Friburgo e a União (Ministério das Mulheres), para o atendimento e acolhimento às vítimas de violência doméstica inerentes às execuções das atividades da Patrulha Maria da Penha, a opção mais adequada se encontra em se fazer através de pregão eletrônico, utilizando o critério de julgamento do menor preço unitário por item, além de cumprir o dispositivo constitucional constante no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/2021)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Da sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1.1. Como descrito no Estudo Técnico Preliminar, a empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, entre outras:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e,
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

4.1.1.1.2. Com o propósito de contribuir com a implementação de políticas voltadas à utilização de meios que contribuam para amenizar a agressão ao meio ambiente e garanta sua preservação, e visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nas licitações promovidas pela Administração Pública, fica a Contratada vinculada aos seguintes critérios de sustentabilidade:

a) Os itens eletrônicos deverão cumprir os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 304, de 06/11/2023 do INMETRO.

b) Os itens eletrônicos não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs);

c) Os itens a seguir devem possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos das respectivas Portarias INMETRO, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória:

* Televisor - Portaria nº 377, de 14/09/2021 do INMETRO;

* Refrigerador - Portaria nº 266, de 01/08/2013 do INMETRO;

* Fogão - Portaria nº 8, de 05/01/2022 do INMETRO;

* Microondas - Portaria nº 268, de 22/06/2021 do INMETRO.

d) Os veículos deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18/1986, nº 490/2018 e nº 492/2018, complementações e alterações supervenientes.

e) Os veículos deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 01/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

4.1.2. Da não indicação de marcas ou modelos:

4.1.2.1. Segundo a requisição da unidade requisitante, na presente contratação, será admitida a indicação de marcas somente para o item 21, quanto aos demais itens, não será admitida a indicação de marcas, nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021.

4.1.3. Da inexistência de amostra:

4.1.3.1. Não será exigida a apresentação de amostra.

4.1.4. Da exigência de carta de solidariedade:



- 4.1.4.1.** Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.
- 4.1.5.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.1.6.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

- 5.1.** O prazo de entrega é de imediato, em até 30 (trinta) dias para os itens 1 a 19, e, em até 120 (cento e vinte dias) para os itens 20 e 21, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.
- 5.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3.** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Alberto Braune, nº 224, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP 28613-000, de segunda à sexta-feira, das 09h às 17h.
- 5.4.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.5.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.6.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 5.6.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 5.8.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.8.1.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.8.1.1.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.8.1.2.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.8.1.3.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.8.1.4.** Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.8.1.5.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.8.1.6.** Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.



5.8.1.7. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.8.1.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.8.1.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5.1. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN nº 5/2017, art. 44, §2º).

6.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN nº 5/2017, art. 44, §3º).

6.8. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN nº 5/2017, art. 44, §3º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.



6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.11. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.11.1. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidas por representantes do Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.11.2. *Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/fiscal substituto.*

6.11.3. O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.11.4. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.11.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.11.6. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.12. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratante:

6.12.1. Atestar as faturas/notas fiscais da Contratada oriundas da realização dos serviços licitados.

6.12.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à Contratada.

6.12.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

6.12.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/2021, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da Contratada.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de Município de Nova Friburgo, CNPJ: 28.606.630/0001-23, no endereço: Alameda Eduardo Guinle, nº 137, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP 28.625-130.

7.2. Todos os materiais deverão ser entregues ao Centro de Referência da Mulher (CREM), situado na Avenida Alberto Braune, nº 224, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP 28613-000, de segunda à sexta-feira, das 09h às 17h.

7.3. Da liquidação da despesa:

7.3.1. *A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023.*
https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html

7.3.2. *Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2.480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal*



do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html

7.4. Do pagamento da despesa:

7.4.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o Contratante efetuar o pagamento do valor devido.

7.4.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5. O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade de pregão eletrônico, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação jurídica:

a - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como



produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.1.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:



8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou órgãos de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a



comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Da Contratada:

9.1.1. atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

9.1.2. ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

9.1.3. responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

9.1.4. reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

9.1.5. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

9.1.6. apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

9.1.7. não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

9.1.8. manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.9. a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

9.1.10. responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;



9.1.11. responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

9.1.12. mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

9.1.13. manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração.

9.2. Do Contratante:

9.2.1. comunicar à Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

9.2.2. efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

9.2.3. promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

9.2.4. rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

9.2.5. observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.6. aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

9.2.7. prestar à Contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

9.2.8. demais condições constantes do edital de licitação.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento, por parte da Contratada, das obrigações assumidas no presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1. Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;



10.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1. advertência;

10.3.2. multa;

10.3.2.1. compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.3.2.2. compensatória no percentual de 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.3.2.3. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.3.2.4. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.3.3. impedimento de licitar e contratar;

10.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4. impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.6. as multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.7. as sanções previstas nos itens 10.3.1, 10.3.3 e 10.3.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 10.3.2, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.8. a aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021)

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 352.809,97 (trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e nove reais e noventa e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021)

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão/Unidade Orçamentária:	Secretaria da Mulher
Fonte de Recursos:	1702/172000000017
Programa de Trabalho:	62001.0824401132.311



Natureza da Despesa:	4.4.90.52.01 - Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 09 4.4.90.52.00 - Item 10 4.4.90.52.12 - Itens 08, 11, 13 e 14 3.3.90.30.01 - Itens 12, 15 e 16 4.4.90.52.13 - Itens 17, 18, 19 e 20 4.4.90.52.06 - Itens 21 e 22
----------------------	--

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. As aquisições objeto do presente planejamento não se enquadram nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

13.2. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2. Termo de Referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica desta Secretaria da Mulher.

Nova Friburgo/RJ, 03 de junho de 2025.

UNIDADE REQUISITANTE:	ELABORADORA SEGUNDO DADOS FORNECIDOS PELA UNIDADE REQUISITANTE ATRAVÉS DO DFD / APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO:
<hr/> Paula Bairral Olmi Coordenadora Centro de Referência da Mulher Mat. 63.062	<p>Em razão da recente criação da Secretaria da Mulher e da ausência, até o momento, de equipe técnica própria, as políticas públicas voltadas às mulheres, anteriormente desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, passaram a ser conduzidas pela Secretaria da Mulher, entretanto, neste momento e de forma temporária, contam com o apoio de servidoras lotadas na Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, com a devida anuência do Secretário e do Excelentíssimo Senhor Prefeito.</p> <p>Ressalta-se que a atuação dessas servidoras no presente processo licitatório ocorre em caráter excepcional, com o objetivo de assegurar o funcionamento inicial da Secretaria da Mulher e garantir o atendimento de suas demandas enquanto sua estrutura administrativa ainda está em fase de consolidação.</p> <hr/> Caroline Guimarães Monteiro Assessora Nível Intermediário Mat. 63.647

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Vanderleia Pereira Lima
Secretária da Mulher
Mat. 63.793